

PERCURSOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR: DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA AO USO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

Naiara Pinheiro¹; Yuri Roque² e Maghally Costa³

¹Universidade Paulista, Fortaleza, CE, Brasil e-mail:

naiarasantospinheiro@gmail.com

²Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil, e-mail:

yuri.nogueira@aluno.uece.br

³Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil, e-mail:

maghally.costa@aluno.uece.br

Resumo

O presente trabalho analisa o percurso histórico da Educação Especial, mostrando as transformações nas formas de compreender a deficiência ao longo do tempo. No contexto brasileiro, destaca-se que, ocorreu avanços legais, mas a sua efetivação ainda enfrenta desafios. Com base em uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico, o estudo fundamenta-se em autores como Vigotsky (2007), Fernandes (2013) e Magalhães (2002). Nesse sentido, discute-se a importância de estratégias pedagógicas mediadoras que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes, com ênfase no uso de tecnologias assistivas. Como exemplo, analisa-se o tapete sensorial como recurso pedagógico voltado ao estímulo motor, cognitivo e sensorial de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a partir do estudo de Petry et al. (2019), sem envolvimento de aplicação empírica no presente trabalho. Conclui-se que a inclusão escolar depende da articulação entre teoria, prática pedagógica e condições estruturais que favoreçam a participação e o desenvolvimento dos sujeitos.

Introdução

A forma como a sociedade percebe a deficiência modificou-se ao longo da história, sendo influenciada por fatores sociais, políticos e econômicos. Desde as sociedades primitivas até a Idade Média, o olhar social direcionado às pessoas com deficiência variou entre exclusão, marginalização e práticas assistencialistas. Com o avanço da medicina, essas pessoas passaram a ser vistas como objetos de intervenção clínica. Posteriormente, com a consolidação do sistema capitalista, intensificou-se a valorização de corpos produtivos e eficientes, o que aprofundou processos de exclusão social e educacional.

No contexto brasileiro, as políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência surgiram de forma tardia e, em muitos casos, foram delegadas a instituições filantrópicas, em que reforçava uma perspectiva assistencialista. Apesar dos avanços legais, a realidade ainda evidencia dificuldades na efetivação da inclusão, especialmente no âmbito escolar. A educação, inserida na lógica capitalista, tende a assumir características mercadológicas, o que impõe barreiras ao acesso pleno e à permanência de estudantes com deficiência. Em contraponto a essa perspectiva, autores como Vigotsky, defendem que “aprendizado e desenvolvimento estão inter-relacionados desde o primeiro dia de vida da criança” (VIGOTSKY, 2007, p. 95). Ao reconhecer isso, é crucial que subsídios e suporte seja oferecido para que haja mediação e estímulo, com o intuito de desenvolver a autonomia e a participação social.

Nesse sentido, além da leitura crítica que será desenvolvida acerca do contexto histórico, é fundamental pensar em estratégias pedagógicas inclusivas que favoreçam o desenvolvimento integral de qualquer pessoa. Entre essas estratégias, destaca-se o uso de tecnologias assistivas, como o tapete sensorial, que possibilita estímulos físicos e cognitivos, que culmina para o desenvolvimento motor, sensorial e da autonomia, especialmente de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Recursos dessa natureza demonstram que a inclusão depende da articulação entre legislações e práticas pedagógicas acessíveis e significativas. Contudo, é importante ressaltar que tais estratégias, embora relevantes, não são suficientes de forma isolada. Sua efetivação exige investimento na área educacional, formação adequada de professores e condições estruturais que sustentem práticas inclusivas no cotidiano escolar.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar historicamente o percurso da Educação Especial no Brasil, destacando avanços, retrocessos e desafios na construção de uma educação inclusiva, além de compreender como os contextos sociais e econômicos influenciam essas políticas e discutir possibilidades práticas, como o uso de tecnologias assistivas, para a efetivação dos direitos educacionais das pessoas com deficiência.

Metodologia

O processo metodológico adotado caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, com enfoque teórico. A investigação fundamenta-se em artigos de caráter histórico e educacional sobre as políticas de inclusão no Brasil, além de produções que apresentam alternativas criativas e funcionais para a Educação Especial no contexto escolar. Consideram-se estudos sobre marcos legais e práticas pedagógicas inclusivas. A base teórica apoia-se em Lustosa e Ferreira (2012), Fernandes (2013) e Magalhães (2012), enquanto Vigotsky (2007) sustenta a compreensão do desenvolvimento e da aprendizagem. Por fim, o tapete sensorial é analisado como exemplo de prática inclusiva com base em Petry et al. (2019), sem aplicação empírica ou coleta de dados no presente estudo.

Resultados e discussão

A forma como a sociedade percebe e se relaciona com a deficiência varia e está diretamente ligada às mudanças sociais. Em uma breve análise histórica, da Antiguidade à Modernidade, foi possível notar como pessoas com deficiência foram vistas sob perspectivas diversas, destacando que essa percepção está diretamente ligada ao contexto cultural, político e econômico. Segundo Fernandes, há “quatro grandes fases na história da atenção social à deficiência: os períodos de extermínio, segregação/institucionalização, integração e inclusão” (FERNANDES, 2013, p.33). Em suma, a forma como cada sociedade trata as pessoas com deficiência modifica-se ao longo do tempo, acompanhando as transformações históricas e sociais. Em essência, esse processo é moldado por tais mudanças, refletindo diferentes concepções culturais e políticas sobre inclusão.

Assim sendo, ainda em consonância com Fernandes (2013), nas sociedades primitivas, predominava a exclusão, o medo, a marginalização e o abandono. Já na Idade Média, o discurso religioso muitas vezes interpretava a deficiência como penitência ou milagre, o que oscilava entre caridade e segregação. No período moderno, especialmente com o advento da medicina e da ciência, esses corpos passaram a ser vistos como objetos de tratamento e intervenção, com o olhar diferenciado. No entanto, foi com a Revolução Burguesa e,

sobretudo, com a industrialização impulsionada pelo capitalismo, que ocorreu uma mudança significativa no olhar social sobre as pessoas com deficiência. O novo modelo de produção exigia corpos funcionais e disciplinados, o que inicialmente aprofundou a exclusão. Porém, em sua contradição, esse sistema econômico passou a ver nesses sujeitos uma possível força de trabalho, desde que adaptada, levando assim ao surgimento de políticas e espaços de formação, como as primeiras escolas e instituições especializadas.

Em continuação, é muito importante ressaltar o movimento integralista que ocorreu no século XX, após a Segunda Guerra Mundial. Assim, líderes mundiais, reunidos pela ONU, criaram uma comissão para tratar dos Direitos Humanos, que resultou na Declaração Universal de 1948, marco fundamental na garantia de direitos. Já na década de sessenta, a Europa e os Estados Unidos vivenciaram a filosofia da integração, essa proposta criticava a segregação e buscava incluir pessoas com deficiência no ensino regular, surgindo então o conceito de inclusão. De acordo com Lustosa e Ferreira (2020), esse movimento, articulado ao avanço das legislações e à consolidação de discursos voltados à constituição de uma sociedade democrática, fortalece as premissas da inclusão em defesa dos direitos sociais e educacionais. Assim, pessoas com deficiência passam a ser reconhecidas como sujeitos de direito, o que contribuiu para o fortalecimento do debate em torno da educação inclusiva. No entanto, tais avanços se mostraram insuficientes, uma vez que, na prática, grande parte dessas pessoas continuaram sendo tratada sob uma lógica assistencialista e segregadora.

Ao trazer o debate para o contexto brasileiro, observa-se que, enquanto no cenário internacional avançavam os discursos sobre a temática, o país vivia o período da ditadura, marcado por repressão e centralização política, o que representou um retrocesso na democratização do ensino, especialmente na Educação Especial. Nesse contexto, embora tenham ocorrido reorganizações e ampliação de ações educacionais, estas se desenvolveram sob uma lógica segregadora. Como observa Mendes (2010), consolidou-se um modelo de caráter assistencialista, em que o atendimento às pessoas com deficiência permaneceu majoritariamente sob responsabilidade de instituições filantrópicas ou privadas, com reduzida integração ao sistema público. Nesse contexto, multiplicaram-se entidades de cunho religioso, asilos e hospitais vinculados à caridade, os quais reforçavam a concepção de que essas pessoas eram destinatárias de cuidados, e não sujeitos de direitos.

Diante dos problemas da educação no país, cresce a pressão de organizações multilaterais para que o Brasil adote políticas de educação inclusiva, vista como essencial à consolidação da democracia. Nesse contexto, a inclusão educacional torna-se uma peça-chave do processo democrático. Segundo Mendes, “a partir de então foram cerca de 30 anos de uma política considerada como regida pelo princípio de “integração escolar” (MENDES, 2010, p. 106), até emergir o discurso da “educação inclusiva” ou da “inclusão escolar” no país, a partir de meados da década de noventa.” Na conjectura atual, a inclusão deixa de ser uma escolha e torna-se um imperativo moral.

Em vista desse cenário, torna-se fundamental pensar a inclusão para além das garantias legais, considerando práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento real dos estudantes. Nessa perspectiva, a análise de estudos voltados ao desenvolvimento de tecnologias assistivas evidencia a construção de recursos pedagógicos como o tapete sensorial, elaborado para atender crianças bem pequenas da Educação Especial. Conforme apontam Petry et al. (2018), o recurso foi desenvolvido a partir das necessidades do público-alvo, com o uso de materiais

acessíveis e estrutura versátil, possibilitando a realização de diferentes estímulos sensoriais, motores e cognitivos. Tais características reforçam seu potencial como instrumento mediador no processo de aprendizagem, especialmente no atendimento a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Nessa perspectiva, é importante destacar que, práticas pedagógicas voltadas ao uso do concreto são bem valorizadas na Educação Especial, ao analisar estudos de Vigotsky (2007), nota-se que desde muito cedo, a percepção da criança não se limita a aspectos sensoriais isolados, mas é constituída como um processo carregado de significados, no qual o sujeito interpreta e atribui sentido aos objetos com os quais interage. Ainda seguindo sua linha de pensamento, conclui-se que a percepção integra um sistema dinâmico do comportamento, onde articula-se com a ação motora e com outras funções psicológicas, o que evidencia a importância das experiências concretas mediadas no desenvolvimento infantil. Portanto, recursos como o tapete sensorial possibilitam à criança não é apenas o contato com estímulos físicos, mas a construção de significados a partir da interação com o ambiente, em que favorece o desenvolvimento cognitivo, motor e perceptivo de forma integrada.

Conclusões

A partir da análise realizada, compreende-se que a Educação Especial no Brasil foi historicamente marcada por avanços e contradições, fortemente influenciadas por contextos sociais, políticos e econômicos. Embora tenham ocorrido conquistas no campo legal e no reconhecimento das pessoas com deficiência como sujeitos de direito, ainda persistem desafios relacionados à efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Nesse sentido, evidencia-se que a inclusão não se concretiza apenas por meio de legislações, tampouco pela tentativa isolada do professor, para isso acontecer exige a articulação com práticas pedagógicas intencionais, acessíveis e sustentadas por condições institucionais adequadas. Assim, o uso de tecnologias assistivas, como o tapete sensorial, destaca-se como uma possibilidade significativa de mediação no processo de ensino-aprendizagem, especialmente no atendimento a crianças com Transtorno do Espectro Autista. Contudo, observa-se que, embora o país possua um conjunto expressivo de legislações voltadas à inclusão, sua efetivação ainda encontra limites na realidade educacional, marcada pela ausência de condições estruturais, formação adequada de professores e investimentos consistentes. Dessa forma, reforça-se que a consolidação de uma educação inclusiva depende outras questões além da existência de leis, é crucial que haja um sistema educacional estruturado que sustente, na prática, os direitos já garantidos no plano legal.

Palavras-Chave: Educação Especial; Inclusão escolar; Tecnologia assistiva; Tapete sensorial; Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Referências Bibliográficas

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: InterSaberes. Série Fundamentos da Educação. 2013.

LUSTOSA, G. L.; FERREIRA, R. G. **Educação inclusiva: reflexões sobre os aparatos legais que garantem os direitos educacionais de estudantes público-alvo da educação especial**. Revista Teoria Jurídica Contemporânea, V5 n. 1, p. 87 – 109. 2020.

MAGALHÃES, Rita de Cássia. **Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial.** organização [et al]. -Fortaleza: edições Demócrito Rocha, 2002.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Breve Histórico da educação especial no Brasil.** Revista Educación y Pedagogía – São Paulo, 2010.

PETRY, Jéssica Raiana et al. **Tecnologia Assistiva: Tapete Sensorial para Crianças Autistas.** Ijuí: UNIJUÍ, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Design).

VIGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

